


INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU (9-E), 51
Data	12/01/2001 Pg 7-8
Class.	CBDDDDDD4

Assunto: Processo FUNAI/BSB/0015/95. Referência: Terra Indígena IGARAPÉ GRANDE. Interessado: Grupo Indígena Kambéba. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nº 4 - O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/0015/95, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo CARLOS ALBERTO MONTES PERES que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena IGARAPÉ GRANDE, de ocupação do respectivo grupo tribal Kambéba, com superfície e perímetro aprovados de 1.200 hectares e 15 km respectivamente, localizada no município de Alvarães, Estado do Amazonas.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA IGARAPÉ GRANDE (AM)

Referência: Processo FUNAI/BSB/0015/95. Terra Indígena: Igarapé Grande. Localização: Município de Alvarães, Estado do Amazonas. Superfície: 1.200 ha. Perímetro: 15 km. Sociedade Indígena: Kambéba. População: 42 pessoas (1999). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 134/PRES, de 11 de março de 1999, coordenado pelo antropólogo Carlos Alberto Montes Perez.

INTRODUÇÃO

O procedimento administrativo de demarcação da TI Igarapé Grande teve seu início com o GT constituído pela Portaria nº 0745/PRES, de 18/08/1994, coordenado pela antropóloga Priscila Faulhaber Barbosa, que procedeu estudos e levantamentos na área em setembro daquele ano. Por determinação da Portaria nº 1199/PRES, de 01/12/95, estudos complementares foram determinados e realizados sob coordenação da citada antropóloga. Em face das mudanças impostas ao procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas pelo Decreto nº 1.775/96, de 08/01/96, que substituiu o Dec. nº 22/91, a antropóloga coordenadora não conseguiu adequar o relatório de identificação e delimitação da área à Portaria nº 14/MJ/96, que regulamentou o Decreto nº 1.775/96, impondo a necessidade de novos estudos e levantamentos em campo, o que se deu por determinação da citada Portaria nº 134/PRES/00, que nomeou técnicos da FUNAI (AER/MAO e MI), da SUHAB/AM e um ambientalista colaboradora, contratada via PNUD.

A identificação e delimitação da terra indígena contou com a participação e o acompanhamento da comunidade indígena interessada e obedeceu a um planejamento por ela previamente elaborado.

I - DADOS GERAIS

Os Kambéba ou Omágua, grupo de filiação linguística Tupi-Guarani, considerado como extinto por vários anos, constituíram-se, no passado, em um dos mais importantes grupos indígenas do alto Amazonas. No século XVI os Kambéba ocupavam um território que se estendia por cerca de 700 km, indo desde o baixo rio Napo até as bocas dos rios Javari e Içá. Essa extensa faixa territorial ficou conhecida como "Cacicado do Aparia" que congregava, por meio de um complexo sistema sociopolítico, todas as aldeias do grupo. Os primeiros relatos a esse respeito foram feitos por viajantes espanhóis que adentraram a região em busca de metais preciosos. Esses relatos se tornaram fundamentais para a recriação histórica das bases materiais, organização social e política, atividades econômicas, comércio, relações intertribais, formas de chefia, cerimoniais, tecnologia e manejo do meio ambiente próprios do grupo.

O sistema sociopolítico dos Kambeba começou a ser alterado, no século XVII, com o desaparecimento de seus principais caciques e com a diminuição do número de aldeias e da extensão territorial que estava sob seu controle. Nesse processo, a depopulação, que atingiu um nível próximo a 70% no primeiro século da colonização, desempenhou papel fundamental.

No século XVIII os Kambéba foram alcançados pelas disputas territoriais entre Portugal e Espanha, sofrendo sucessivas interferências de missionários carmelitas e jesuítas. O contato com os europeus foi desastroso, pois além de serem transferidos para aldeamentos, sofreram com a escravidão e com o contágio de doenças. Estima-se em aproximadamente 17.500 km² a extensão das várzeas ocupadas pelos Omágua nos meados deste século. Esta extensão foi sustentada principalmente devido à seu ethos guerreiro, através do qual conseguiram manter uma zona de proteção em torno de seu território, impedindo que outros grupos considerados inimigos, como os Tikúna e os Mayoruna, ocupassem as margens do rio Solimões.

Para a compreensão da história indígena do rio Amazonas faz-se necessário considerar que se trata de um fenômeno cultural e demográfico de prolongada duração que se estendeu durante os primeiros duzentos anos da colonização européia. Esse fenômeno fez surgir, em meados do século XVIII, uma realidade etnográfica completamente distinta daquela que foi observada pelos primeiros exploradores quinhentistas. As nações, que viviam em extensos povoados às margens do rio Amazonas, foram levadas à quase extinção,

surgindo um novo contingente indígena, retirado dos afluentes da calha amazônica pelos agentes da colonização.

Devido à essas rupturas históricas, causadas pela violência que atingiu todos os grupos indígenas da região, os Kambéba, os Mayoruna, os Miranha, os Tikúna, os Cocama, entre outros, não têm um registro sistemático dos acontecimentos que marcaram o seu passado. Por outro lado, essas mesmas rupturas e descontinuidades históricas permitiram a formação de alianças entre essas etnias, anteriormente inimigas, que hoje integram uma luta em comum, reconhecendo que a existência de fatos comuns no passado histórico e nas lutas étnico-sociais do presente os colocam em um mesmo horizonte político e simbólico.

Para os Kambéba, a vida, até a chegada ao Igarapé Grande, sempre foi na várzea, desde que quando saíram de São Paulo de Olivença. Segundo o Sr. Domingo Braga da Costa, quando baixaram de São Paulo de Olivença, vieram devagar, até chegar no Jaquiri, moravam dois anos em um canto, cinco em outro, sempre na área de várzea. Isto se deu há cerca de 18 anos. Do Jaquiri saíram forçados pelas águas, em uma grande enchente que deixou os habitantes do lugar completamente desprevenidos e sem ter o que comer.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A aldeia Igarapé Grande está situada às margens do igarapé homônimo, afluente da margem direita do rio Solimões. A população atual é composta por 42 pessoas distribuídas em nove grupos familiares.

Na década de 1980 o grupo ocupava a Terra Indígena do Jaquiri, região de várzea, quando foram atingidos por uma enchente de grande proporção, fazendo com que toda a produção agrícola se perdesse. Essa situação os deixou em difíceis condições de sobrevivência, decidindo-se então formar uma aldeia no Igarapé Grande, local de terra firme vizinho à Terra Indígena Méria, dos índios Miranha. Progressivamente foram estabelecendo a exploração econômica dessa área, baseada em agricultura de subsistência, caça, pesca e coleta/extrativismo, principalmente da castanha e do açaí.

Para efetivar a ocupação territorial, os Kambéba receberam o apoio dos índios Miranha da Terra Indígena Méria. Desde então os dois grupos apoiaram-se mutuamente na forma de ajuris (mutirões) intercomunitários, no estabelecimento de relações matrimoniais, na luta pela defesa de seus territórios e na participação no movimento indígena da região.

Na aldeia dos Kambéba estão constituídas diversas relações interétnicas, através de casamentos, com os Miranha. No entanto, apesar de terem perdido alguns traços sócio-culturais distintivos, permanecem mantendo suas relações de parentesco, consideradas essenciais para conservação de sua identidade étnica.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

A dinâmica do processo produtivo dos índios Kambéba do Igarapé Grande está relacionada aos períodos de seca e chuva. São essas alterações pluviométricas e pluviométricas que condicionam todo o ciclo biológico da região, fazendo também com que os índios desenvolvam suas atividades de subsistência em concordância com esse mesmo ciclo. A seca se manifesta mais intensamente nos meses de outubro e novembro, período em que o trabalho agrícola é bastante reduzido. Nesta época a atividade econômica principal é a pesca, que tem alta produtividade até fevereiro. O período de chuvas se inicia nos meses de janeiro/fevereiro, tendo seu auge no mês de junho. Nesta época a atividade pesqueira já está reduzida, e o grupo se volta novamente para suas atividades agrícolas.

A agricultura, ao lado da pesca, é a outra principal atividade econômica na Terra Indígena Igarapé Grande. Os Kambéba têm uma longa experiência agrícola e sabem distinguir, dentre os vários tipos de solo, aqueles que melhor se prestam ao plantio. Os locais destinados ao plantio são minuciosamente escolhidos. O grupo procura não utilizar áreas que contenham espécies arbóreas importantes para outros usos, como a sumaumeira (Ceiba pentandra) e a castanheira (Bertholletia excelsa). Em sua roças cultivam diversos tipos de plantas. As principais são: mandioca, macaxeira, mamão, cana e banana. Da mandioca e da macaxeira obtêm farinha d'água, branca, seca e também a goma de tapioca.

Destes produtos, a farinha de mandioca é o principal produto comercializado, representando cerca de 90% do ingresso financeiro da comunidade. A comercialização é feita na cidade de Alvarães/AM e na feira municipal de Tefé/AM. Além da farinha, os índios comercializam banana, cará, abacaxi, laranja e mamão. A agricultura é a atividade a qual dedicam maior parte de seu tempo e onde obtêm a maior parte de produtos para comercialização.

O regime de trabalho na agricultura é dividido entre homens e mulheres, sendo estabelecida uma divisão sexual do trabalho. O homem tem a função de derrubar a mata e a roçá-la e, posteriormente, carregar a produção. A mulher tem a incumbência de fazer a capinagem, o plantio e a colheita. Trabalham através do sistema de ajuri, o que aumenta bastante a produtividade. As roças são geralmente plantadas longe das aldeias. As comunidades Kambéba das terras indígenas do Jaquiri e do Igarapé Grande mantêm vínculos de solidariedade, que faz com que os grupos se visitem constantemente, além de permitir que eles desenvolvam roçados conjuntamente.

O peixe e a farinha são os itens mais importantes na dieta da comunidade do Igarapé Grande. É para a obtenção desses produtos que os índios investem a maior parte de seu tempo de trabalho. Quanto à pesca, principal fonte protéica na alimentação do grupo, ela é praticada por mulheres, homens e crianças. O local preferido para a atividade é o próprio Igarapé Grande, sendo realizada por meio de diversas técnicas como a malhadeira, trunqueira, flecha, zagaia, espinhel e hástia.

Além da pesca, a proteína animal é provida pela criação de animais domésticos como porcos e galinhas. Não obstante a caça ser um recurso bastante escasso e atividade de menor importância para a

subsistência do grupo, quando praticada, o é com mais intensidade na época da cheia, época em que os peixes se tornam escassos.

Quanto ao extrativismo vegetal, a TI Igarapé Grande é possuidora de um grande acervo vegetal de espécies com este potencial. Os principais produtos extrativos comercializados são o cupuaçu, a pupunha e o açaí. A extração de madeira é realizada com vista à construção de canoas, casas, tapiris e móveis. O extrativismo tem uma grande importância para os Kambéba, tanto econômica quanto social. Desde quando chegaram ao Igarapé Grande, os Kambéba percorrem o seu território, de modo a identificar e localizar as principais "ilhas de recursos" existentes. No período mais intenso da coleta vegetal, os Kambéba costumam percorrer toda a extensão do igarapé Branco, cujos afluentes da margem direita cortam a terra indígena e lhes dão acesso ao centro de seu território. Nestes locais montam acampamentos e permanecem alguns dias coletando castanha até serem substituídos por outras turmas. Dessas incursões à floresta, para coletar castanha, açaí, pupunha, cupuaçu e outros frutos, além de madeira, surgiram os limites territoriais imprescindíveis à reprodução física e cultural dos Kambéba.

O percentual de importância de cada atividade de subsistência do grupo, está aproximadamente assim representado: agricultura (60%), coleta vegetal (20%); pesca (15%) e caça (5%).

Para o grupo a localização da aldeia em terra firme proporcionou uma maior estabilidade no desenvolvimento da agricultura, posto que as terras ocupadas não alagam, mesmo no auge da cheia.

IV - MEIO AMBIENTE

A delimitação da Terra Indígena Igarapé Grande foi definida de modo a garantir aos Kambéba a utilização dos recursos que são indispensáveis à sua sobrevivência física e cultural. Teve ainda, por preocupação, conjugar as necessidades dos Kambéba com a conservação da integridade ambiental de seu território, conforme determina o § 1º do art. 231 da CF/88:

A formação vegetal da Terra Indígena Igarapé Grande, segundo o relatório ambiental (fls. 202/50 do processo em referência), é diversificada, havendo ocorrência de três tipos: 1) área onde há ocorrência de agropecuária; 2) região de Floresta Densa Tropical, sub-região dos Baixos Platôs da Amazônia, Formação Terras Baixas, platôs; e 3) região de Floresta Aberta Tropical, sub-região Aluvial da Amazônia, Formação Aluvial com terraços.

O tipo de solo, Prodzólico Vermelho Amarelo Álico, apresenta grande concentração de alumínio, o qual interfere nas funções biológicas do sistema radicular das plantas cultivadas, impedindo o seu crescimento normal, levando-as até mesmo à morte.

A biodiversidade vegetal da Terra Indígena Igarapé Grande é bastante variada, fornecendo aos índios diversas espécies que são utilizadas para alimento, medicina, construção de casas, móveis e embarcações. Entre as espécies de maior importância para a alimentação são encontrados o açaí, a pupunha, a castanha, etc.

Os índios praticam um zoneamento de seu território, definindo áreas que são denominadas de "reservas de madeira", destinadas à preservação permanente e que contêm espécies como o caibreiro, punã, castanheiras, louros e cupiúba.

A rotatividade da terras para uso agrícola exige que a cada ano novas áreas cobertas com mata virgem sejam convertidas para a agricultura, uma vez que as áreas de capoeira somente voltam a ser utilizadas após quatro anos de descanso. Isto impõe que a área identificada deve contar, e no caso dessa terra indígena conta, com espaço para absorver estas particularidades do uso do solo pelos Kambéba.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A delimitação da Terra Indígena Igarapé Grande atende às necessidades de reprodução física e cultural dos Kambéba. O reconhecimento da terra é importante não só para a manutenção física e cultural da comunidade, como também de todas as relações interétnicas que o grupo mantém com os demais grupos indígenas do médio Solimões.

As relações interétnicas mais constantes são feitas com os Miranha. O valor do território para o grupo reside na garantia de terra para as gerações futuras. Neste contexto o apoio de outros grupos indígenas é fundamental. Exemplo deste fato é a convivência entre os Kambéba e os Miranha, que tem sido de grande importância para ambas as comunidades, forjando uma identidade comum a partir do compartilhamento da história e das lutas indígenas da região.

Ademais, a demarcação dessa terra facilitará o controle sobre as invasões, que se verificam principalmente no período de coleta de castanha. Neste caso o estabelecimento de uma fronteira comum entre as terras indígenas Igarapé Grande e Méria irá atuar como um fator de fortalecimento do território indígena.


VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O levantamento fundiário, elaborado pelo técnico agrícola Idelfonso de Souza Cavalcante e pelo engenheiro agrônomo Francisco de Assis Trindade Martins, demonstra que não há nenhum ocupante não indígena na área identificada e delimitada. A situação dominial dessa terra indígena foi pesquisada nos municípios de Alvarães/AM e Tefé/AM no 1º e 2º Ofício. Através de consulta aos livros de Registro de Imóveis, verificou-se que não há nenhum título definitivo incidindo nos limites da Terra Indígena Igarapé Grande.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A proposta de limites da Terra Indígena Igarapé Grande é representativa das reivindicações que foram elaboradas coletivamente pelos índios. Compreende os espaços geográficos e ambientais necessários à satisfação de suas necessidades de sobrevivência física e cultural e assegura condições para o desenvolvimento de seu sistema social.

Para os Kambéba do igarapé Grande, o reconhecimento de seu território representa a afirmação das diferenças étnicas que os distinguem dos demais grupos humanos, a despeito da irreparável perda de referências culturais que sofreram, decorrente do longo pro-

INSTITUTO

Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: DOU
 Data: 12/01/2001 Pg. p.8
 Class. SA-20.Y-C

cesso de enfrentamentos que tiveram com a população não-indígena.

A chegada dos europeus, a partir do século XVI, impôs uma profunda alteração na complexidade da sociedade Kambéba. A ação dos missionários, dos agentes do Estado, das tropas de aprasamento de índios, entre outros, acabaram por desestruturar seu sistema sócio-político e sua população foi escravizada e severamente reduzida pelo contágio das doenças.

No entanto, os Kambéba do Igarapé Grande, independentemente de toda as alterações que foram impostas ao seu estilo de vida tradicional, conservaram uma série de técnicas essenciais ao manejo do ecossistema fluvial, seja na moradia, na navegação, no manejo da fauna e da flora e também em suas práticas agrícolas.

O fortalecimento da identidade étnica, somado ao reavivamento do movimento indígena do alto Solimões tornou-se para os Kambéba fator de aglutinação para a conquista de seus territórios. A terra para os índios representa a possibilidade de sobrevivência física e cultural e eles estão conscientes de que seus direitos somente estarão plenamente garantidos no momento em que lhes forem reconhecidas a posse permanente e a riqueza das terras tradicionalmente ocupadas. A terra é o seu habitat e, por meio de seus costumes e organização sócio-cultural, interagem de forma ativa com o ambiente natural, de modo a satisfazer suas necessidades humanas fundamentais.

Para os Kambéba importa assegurar o usufruto não só dos recursos inerentes à sobrevivência física, mas também dos bens espirituais que vão sendo assimilados por toda a comunidade, a partir de suas vivências em seu território. A visão de mundo dos Kambéba é, portanto, uma criação social e coletiva estando relacionada ao meio ambiente com o qual interagem dinamicamente.

A definição territorial da Terra Indígena Igarapé Grande teve como princípios fundamentais assegurar condições de sustento para a comunidade, conservar sua integridade ambiental e protegê-la contra as frequentes invasões que ainda hoje ocorrem e que são levadas a efeito por comunidades vizinhas.

Do que foi apresentado, conclui-se que a Terra Indígena Igarapé Grande, conforme mapa e memorial descritivo a seguir, é uma área de ocupação tradicional dos índios Kambéba, nos termos da legislação vigente - § 1º do art. 231 da CF/88; Lei nº 6001/73; Decreto nº 1.775/96; Portarias nº 239/FUNAI/91 e nº 14/MJ/96 - na medida em que compreende as áreas por eles habitadas em caráter permanente, as que são utilizadas em suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Carlos Alberto Montes Perez
 Antropólogo-coordenador
 Museu do Índio/RJ
 Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF
 Departamento de Demarcação-DED
 Memorial Descritivo de Delimitação
 Denominação
 Terra Indígena IGARAPÉ GRANDE
 Aldeias Integrantes
 Igarapé Grande
 Grupo Indígena
 Kambéba
 Localização
 Município: Alvarães Estado: Amazonas
 Administração Executiva Regional: Manaus
 Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte:	03°12'05" S	64°51'51" WGr
Leste:	03°12'52" S	64°51'32" WGr
Sul:	03°14'33" S	64°51'35" WGr
Oeste:	03°13'32" S	64°53'39" WGr

Base Cartográfica

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
SA-20.Y-C	1:250.000	DSG	1980

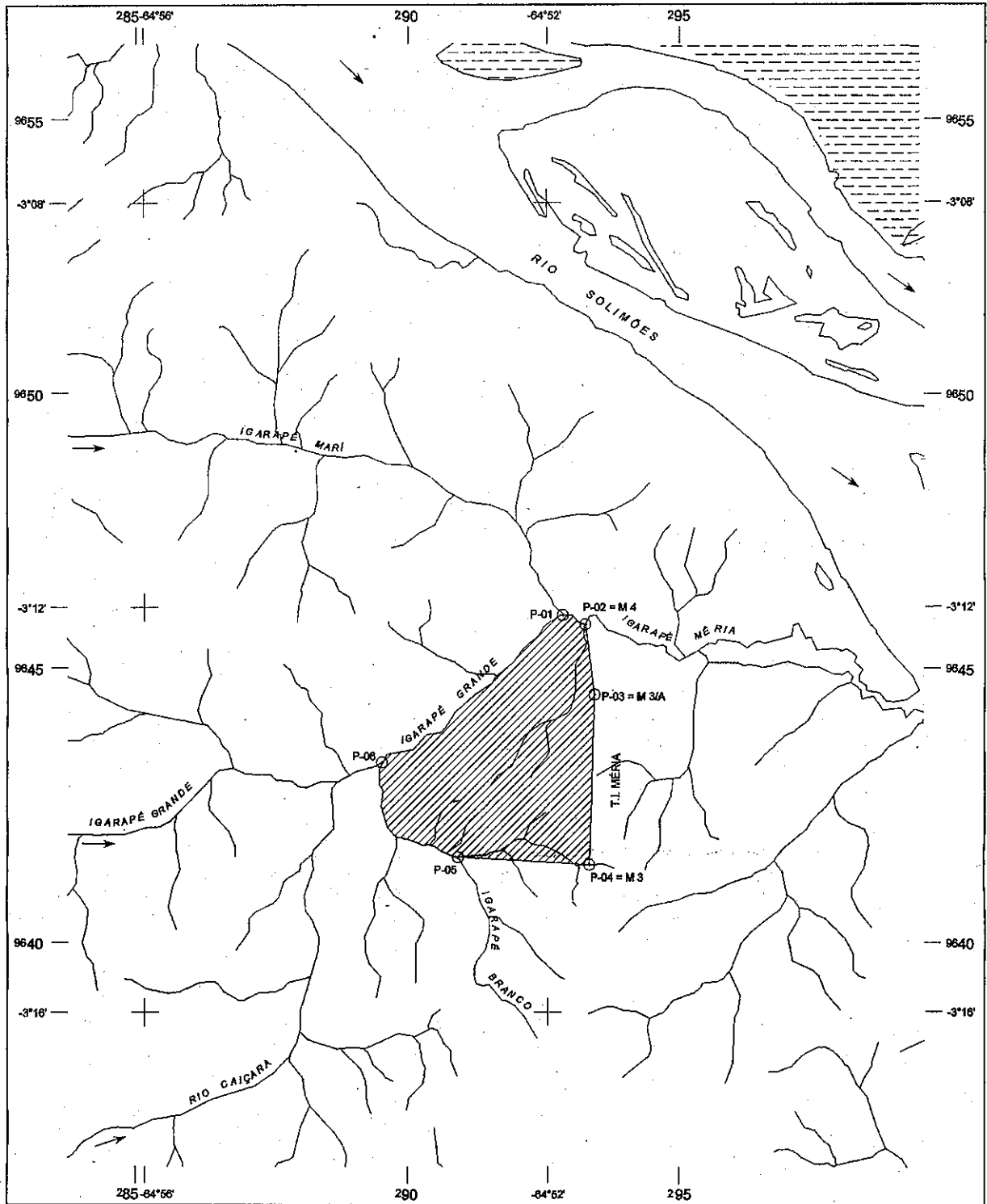
Dimensões

Superfície: 1.200 ha (um mil e duzentos hectares) aproximadamente.

Perímetro: 15 km (quinze quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 03°12'05" S e 64°51'51" WGr., localizado na confluência dos igarapés Marí, Grande e Méria, segue por este, à jusante, até o ponto 02 de coordenadas geográficas 03°12'07,4" S e 64°51'35,0" WGr., localizado no marco M-04 da terra indígena Méria. **LESTE:** Do ponto antes descrito, segue confrontando com a terra indígena Méria com azimute e distância de 176°06'58,3" e 1.384,23 metros, até o ponto 03 de coordenadas geográficas 03°12'52,4" S e 64°51'32,1" WGr., localizado no marco M-03/A; daí, segue confrontando ainda com a terra indígena Méria com azimute e distância de 181°45'09" e 3.110,20 metros, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°14'33,6" S e 64°51'35,3" WGr., localizado no marco M-03. **SUL:** Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 03°14'28" S e 64°52'54" WGr., localizado na margem direita do igarapé Branco. **OESTE:** Do ponto antes descrito, segue pelo igarapé Branco, à jusante, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 03°13'32" S e 64°53'39" WGr., localizado na confluência com o igarapé Grande; daí, segue por este, à jusante, até o ponto 01, início desta descrição. Técnico responsável pela identificação dos limites: Zenildo de Souza Castro, Técnico em Agrimensura, AER Manaus.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA, PONTO DE SATELITE
- PONTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA, CERCA DE ARAME
- RODOVA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM, CAMINHO
- RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA IGARAPÉ GRANDE		PLANTA: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: ALVARÃES		SUPERFÍCIE: 1.200 ha	PERÍMETRO: 15 km
ESTADO: AMAZONAS		ESCALA: 1:100.000	DATA: 17/09/99
AER: MAO		PROCESSO: SA.2D-Y-C	
RESP. TEC. DEFINIÇÃO LIMITES: CARLOS ALBERTO M. PERES ANTROPOLOGO / M - RJ		RESP. TEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES / VISTO CHEFE DO DED: ZENILDO DE SOUSA CASTRO TÉCNICO AGRIMENSOR A.E.R. - MAO	
		PORTARIA N.º: MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR C.R.E.A. T.º 84.868/0-SP.	